

# **AVALIAÇÕES EXTERNAS: DITANDO A PRÁTICA DOCENTE E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DISCENTE**

Euderli Freire de Freitas<sup>1</sup>

Sânia Maria da Silva Dimas<sup>2</sup>

Wolcir Giovani da Rosa Junior<sup>3</sup>

## **Resumo:**

Este trabalho é resultado de pesquisas bibliográficas, experiências e reflexões acerca das avaliações externas, e como estas tem interferido de forma direta no cotidiano escolar. Mostra também como as mesmas tem impactado a prática docente bem como, o processo de ensino aprendizagem discente. Neste artigo, objetiva-se analisar o efeito que as avaliações externas causam na prática docente e no cotidiano do aluno, que é cerceado de determinados conhecimentos em prol de outros considerados mais importantes para a formação do homem e sua inserção, cada vez mais precoce, no mercado de trabalho. A pesquisa será realizada seguindo uma metodologia qualitativa, tendo um caráter exploratório descritivo, envolvendo levantamento bibliográfico e experiências vivenciadas durante os Estágios. Como referencial teórico para o embasamento de nossa pesquisa utilizaremos dados retirados dos sites do INEP e MEC, que falam sobre as avaliações externas, bem como a LDB (1996), e também, autores como Borges e Sá (2015), Santos (2013), Santos (2002) Alavarse (2013), Carvalho e Macedo (2011) e Carneiro (2012). Concluimos nosso trabalho mostrando que as avaliações externas são realidades no cotidiano escolar, e que estas, são organizadas em todo o sistema educacional público, porém trazem consequências danosas ao desenvolvimento da prática docente e ao processo de aprendizagem do aluno.

**Palavras-chave:** avaliações externas. Consequências. Prática docente. Aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Graduando do 8º período do Curso de pedagogia da UFAC – euderli2017@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do 8º período do Curso de pedagogia da UFAC – saniadimas@bol.com.br

<sup>3</sup> Graduando do 8º período do Curso de pedagogia da UFAC – talitaegiovani2@hotmail.com

## **1. Introdução**

Não é surpresa para ninguém que a educação brasileira, desde a criação da Lei de diretrizes e bases (LDB) em 1994, prioriza o ensino de português e matemática no seu ensino fundamental, com um foco ainda maior e mais evidente nos anos iniciais do ensino fundamental. E para atestar que a educação brasileira está caminhando a “passos largos” rumo ao seu desenvolvimento, os governos, federal, estadual e municipal, criaram as avaliações externas, que tem como principal objetivo “realizar diagnósticos da educação brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. ” (INEP, 2017). Dessa forma, além de dar prioridade ao ensino de Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, as avaliações externas alteram o cotidiano escolar e a prática pedagógica docente, “limitando” o profissional de desenvolver as atividades de ensino-aprendizagem das outras áreas do conhecimento, tais como: História, Ciências, Geografia, Artes e Religião, que são de fundamental importância na formação do educando, para além do mundo do trabalho.

Neste artigo, objetiva-se analisar o efeito que as avaliações externas causam na prática docente e no cotidiano do aluno, que é cerceado de determinados conhecimentos em prol de outros considerados mais importantes para a formação do homem e sua inserção, cada vez mais precoce, no mercado de trabalho.

A escolha deste tema, tem como justificativa, as experiências vivenciadas durante os Estágios Supervisionados que fizemos durante o Curso de Pedagogia da UFAC, nos quais encontramos essa realidade, cada vez mais imperativa em nossas escolas, tornando-as “reféns” dessas avaliações.

A pesquisa será realizada seguindo uma metodologia qualitativa, tendo um caráter exploratório descritivo, envolvendo levantamento bibliográfico e experiências vivenciadas durante os Estágios.

Dentro do campo das avaliações externas existentes no Brasil, destacaremos as duas avaliações, em larga escala, pertencentes ao governo federal, a ANEB (Avaliação

Nacional da Educação Básica) e a ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), mais conhecida como Prova e Provinha Brasil (BRASIL, s.d.). E em nível municipal, o PROA (Programa de Avaliação da Aprendizagem dos Alunos).

Como referencial teórico para o embasamento de nossa pesquisa utilizaremos dados retirados dos sites do INEP e MEC, que falam sobre as avaliações externas, bem como a LDB (1996), e também, autores como Borges e Sá (2015), Santos (2013), Santos (2002) Alavarse (2013), Carvalho e Macedo (2011), Carneiro (2012).

## **2. Avaliações externas: seus sistemas e suas consequências na prática pedagógica do professor e na aprendizagem do aluno.**

Nos tópicos seguintes, abordaremos os tipos de avaliações externas que temos no Brasil, tanto a nível nacional como estadual ou municipal. Além disso falaremos sobre as consequências que essas avaliações acarretam a prática pedagógica do professor, se é um benefício ou um malefício a sua formação bem com afetam o processo de aprendizado dos alunos

### **2.1 Conhecendo os sistemas de avaliações**

As avaliações externas estão presentes em todas as esferas da rede pública de educação e tem o objetivo, segundo o INEP, de diagnosticar em que passo está o desenvolvimento da educação e o que interfere para que o desenvolvimento desta, ocorra ainda mais, no entanto, há outro objetivo que não é colocado oficialmente nos anúncios e são mascarados: O ranqueamento das escolas e a consequente competição existente entre as mesmas, o leva a se ter como resultado um ensino mecânico. (INEP, 2017).

Antes de falarmos sobre as consequências dessas avaliações aos professores e aos alunos, vamos conhece-las?

No Brasil, o sistema responsável pelas avaliações externas chama-se SAEB (Sistema Avaliação da Educação Básica). Este sistema é responsável por produzir três avaliações em larga escala a nível nacional: a ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica), a ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) e a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) (MEC. s/d).

A ANEB, que é mais conhecida como SAEB, é uma avaliação que possui os mesmos critérios da ANRESC (conhecida popularmente como Prova e Provinha Brasil) e tem como objetivo avaliar alguns fatores que possam interferir no desempenho do aluno e na qualidade do ensino ofertado nas escolas. No entanto, além de atender o 5º e 9º ano, atende também o 3º ano do Ensino médio. Já a ANRESC ou Prova Brasil, atende ao 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino ofertado na rede pública. A Provinha Brasil é a prova da ANRESC aplicada aos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental. Por fim, a ANA é uma avaliação que “objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas” (INEP, 2015). Esta avaliação foi incorporada em 2013 ao SAEB e faz parte do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) do Governo Federal.

Ainda temos nesse cartel de avaliações, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que, poderíamos chamar de “carro-chefe” das avaliações externas. O IDEB avalia os “resultados de dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações” (INEP, 2015). Ou seja, o IDEB é o Sistema que realmente avaliará a qualidade de uma escola, analisando todo sistema escolar e as avaliações externas que a escola fez.

E para tornar a rotina da escola ainda mais fixada ao Português e a Matemática, o município de Rio Branco criou o PROA (Programa de Avaliação da Aprendizagem dos alunos). Essa prova tem o objetivo de diagnosticar o desempenho dos alunos do 1º ao 5º do Ensino Fundamental e, assim, “traçar ações de formação e acompanhamento que possam favorecer a aprendizagem dos alunos”. (PMRB, 2015). O PROA é aplicado 3 vezes ao ano, uma no início, outra no meio e a última no fim do ano letivo.

Para aferir o nível da educação estadual, o Estado do Acre criou o SEAPE (Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem) que tem o objetivo de “produzir diagnósticos periódicos acerca do ensino, monitorando a educação pública ofertada e oferecendo subsídios para que políticas públicas educacionais pudessem ser desenhadas e implantadas.” (SEAPE, s.d.)

Pudemos perceber que temos um grande número de avaliações externas que diagnosticam os problemas enfrentados por nossas escolas, para que assim, melhorias possam ser feitas. A contrapartida desse processo é que as escolas devam preparar seus alunos para esses testes durante todo o ano, o que interfere substancialmente no cotidiano do docente e dos alunos na sala de aula. Inclusive, quem vos escreve

vivenciou esse fato. Enquanto estagiávamos no 5º ano, fomos solicitados a trocar de sala, pois na que estávamos haveria avaliação da ANRESC na semana seguinte e os estagiários não poderiam assumir a turma durante esse período, ficando a cargo do professor, a responsabilidade de, em uma semana, prepará-los para uma prova ao qual estavam se preparando o ano inteiro. No tópico seguinte, abordaremos as causas que as avaliações externas causam a prática docente.

## **2.2 A prática docente sob a régia das avaliações externas e internas.**

Sabendo que as avaliações externas é e será uma realidade que impera nos sistemas educacionais em âmbitos internacional, federal, estadual e municipal, uma vez que, estas são exigências imprimidas pela globalização e modernização da educação, de acordo com os discursos positivistas e neoliberais, que exigem que os gestores tenham em mãos dados que mensure numericamente como se encontram seus sistemas e se estes possuem dados satisfatórios ou não.

Diante do exposto e da realidade atual, neste tópico abordaremos a questão de como essas avaliações tem ditado e direcionado a prática do docente no contexto de sala de aula. Para esse debate nos apoiaremos em autores como: Borges e Sá (2015), Santos (2013), Santos (2002) Alavarse (2013) e Carvalho e Macedo (2011), uma vez que estes debatem sobre os pontos positivos e negativos das avaliações externas e internas, mostrando como essas tem mudado a rotinas das escolas, professores e alunos.

Todos esses autores citados acima, concordam que as avaliações fazem parte do processo de reformas do Estado, bem como redefinição de seu papel frente aos sistemas educacionais. Para os mesmos, o Estado ao criar um modelo empresarial para a gestão educacional, passa a responsabilizar e exigir resultados de gestores e, de modo mais incisivo, daquele que está na ponta do processo de ensino-aprendizagem: o professor.

De acordo com Borges e Sá (2015, p. s/nº) essa é uma lógica que recebe o nome de “educação contábil” que tem por finalidade resultados e a valorização das boas performances e a punição das menos expressivas. Isso acontece em nome da boa qualidade da educação que satisfaça o mercado e o mundo do trabalho em detrimento de uma formação humana em todos seus aspectos.

Para os autores as avaliações além de ter funcionados como o verdadeiro caminho para a boa qualidade da educação, estas também tem sido vendidas nos discursos neoliberais e tecnocratas como o verdadeiro amuleto capais de resolver todos

os problemas e males que assolam a educação nacional (BORGES E SÁ, 2015). Esse raciocínio também é confirmado por Carvalho e Macedo (2011) quando se utilizando de Cunha (2005, p.145) afirmam: “nessa lógica, a avaliação tornou-se um talismã, que fará milagres no aperfeiçoamento dos sistemas educacionais”, no entanto, esse pensar reflete com consequências negativas na ação e prática do professor.

Para Borges e Sá (2015) as principais consequências que recaem sobre os docentes brasileiros, provem das experiências oriundas dos Estados Unidos, onde as escolas, a todo custo, devem atingir metas e o docente é o grande responsável. Se não são atingidas, as consequências são transferências de alunos, professores e fechamento de estabelecimentos educacionais e demissão de docentes.

Dessa forma, de acordo com Borges e Sá (2015) esse modelo educacional pautado nas avaliações e nos bons resultados valoriza a meritocracia e reforça a responsabilização e pressão sobre os docentes. Santos (org. 2013), confirmam também que essa lógica empresarial no contexto educacional só reforça a responsabilização do docente pelos fracassos de alunos e o baixo rendimento das escolas nessas avaliações.

Se as escolas vão bem nas avaliações em larga escala, gestores e diretores tomam para si esse feito, porém se os resultados não são o esperado, o docente é o grande responsável.

Segundo Alavarse, Bravo e Machado (2013, p. 26-27), essa cultura de responsabilização docente pelos bons e maus resultados das escolas nas avaliações externas e internas provem do princípio de que devemos utilizar os desempenhos dos alunos para avaliar o empenho docente. Nessa lógica não se leva em consideração de que a educação não é feita somente dentro de sala de aula, mas que esta é composta de inúmeros fatores que vão além das competências e capacidades de atuação docente.

Ainda de acordo com Alavarse, Bravo e Machado (2013, p.25) outra consequência das avaliações na vida do professor é a valorização de sua remuneração por resultados e em forma de bonificação. Vale salientar que autor como Castro (2007) e Alavese, Bravo e Machado, (2013, P.20) defende a ideia de que realmente a boa qualidade da educação deve ter como estímulo o salário docente ser bonificado de acordo com seus resultados.

Outra consequência que podemos apontar, de acordo com o que experienciamos durante o período de estágio, onde vivenciamos a realidade da sala de aula e do cotidiano do professor, é a pressão que essas avaliações exercem sobre esses profissionais. De acordo com Sacristán (1998, p. 320) essas avaliações externas podem

e farão pressão ao trabalho docente levando a uma desfiguração do real sentido de seu trabalho educativo, tirando-lhe sua autonomia profissional de desenvolver ações pedagógicas que suscite uma formação pautada na criticidade e autonomia intelectual. Tornando-os meros executores de tarefas imprimidas por estas avaliações.

Essa pressão sobre o professorado observadas durante os Estágios é confirmada por Santos, Gimenes e Mariano (2013), pois de acordo com os mesmos, essa pressão por bons resultados que a escola sofre diariamente recai diretamente sobre o docente que se vê obrigado a seguir a lógica de resultados, visto que, toda responsabilidade se o aluno não ir bem nas avaliações, recairá em seus ombros, levando-o a penalizações que vão desde a perda de seu bônus a ter a demissões.

Com relação a pressão sofridas por docentes provenientes dessas avaliações em larga escala e externas as escolas, Borges e Sá (2015) constata que as pressões sofridas por docentes oriundas dessas avaliações fomentam outras consequências tendo em vista o melhorar cada vez mais o desempenho dos alunos nestas e, com isso, a escola alcançar melhores resultados e ranqueamento.

Dentre essas consequências apontadas por Borges e Sá (2015) das avaliações externas sobre a prática docente estão: o estreitamento curricular desenvolvido em sala de aula, levando o foco nas disciplinas e habilidades tidas como essenciais para o sucesso nas provas. A forma de como o professor passa a trabalhar não considera as diferenças sociais e demográficas dos educandos presentes em sala de aula, levando a uma progressiva segregação educacional, educacional e de aprendizagem. Outra consequência apontada pelos autores são os corrompimentos desses resultados ainda dentro do chão da sala de aula.

Segundo esses autores, o trabalho docente passa a ser desenvolvido em função das avaliações externas, não mais se ensina para educar e preparar o educando para a vida, mais se treina para se dar bem nessas avaliações. Além do currículo escolar, na prática, resumir-se as disciplinas de Português e Matemática, as avaliações internas da escola seguem modelo e formato desenvolvidos por estas, com vista no treinamento e preparação do aluno.

O treinamento e preparação para as avaliações externas com imperativo na prática docente também é apontada por Santos (2002) pois as ações e práticas docentes estão sob os ditames destas que o impõem que seu trabalho não é mais de educar humanamente, mas de treinar tecnicamente para a resolução de atividades que condizem com o que serão objetos das provas avaliativas dos sistemas nacionais, estaduais e

municipais, tendo em visto que o sucesso é da escola e o fracasso será sempre do professor.

Vale salientar que essas ações e pressões por bons resultados sobre o docente e cada vez mais crescente, se este ano o resultado é bom, no próximo esse bom não mais interessa, o que valerá será o ótimo.

Como se ver, os autores citados neste tópico, mostram como as avaliações têm interferido diretamente no trabalho docente, trazendo consequência que profissionalmente são grandemente nocivas à educação e suas finalidades, pois o professor deixa de ensinar conteúdos que fazem partes e são indispensáveis na formação integral do educando, fazendo com que o docente passe a ser um profissional sem autonomia e mero executor de atividades padronizadas por entidades e indivíduos que não conhecem as realidades sociais, culturais, econômicas em que estão assentadas a instituição escolar.

Vale salientar que não somos contra as avaliações diagnósticas, o que não se concorda é como estas vem sendo realizadas e imperativizadas na escola e na sala de aula, trazendo consequências devastadoras para o docente e seu desenvolvimento e autonomia profissional, bem como para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Assunto este que debateremos no tópico a seguir.

### **2.3 As consequências das avaliações externas no processo de aprendizagem discente.**

O processo de ensino e aprendizagem se dá de forma ativa e participativa, levando em consideração as limitações e o tempo de cada aluno. Para que o aluno se aproprie de fato do conhecimento, este deve participar de todo o processo de construção deste conhecimento.

As consequências das avaliações externas na aprendizagem dos alunos são evidentes, pois estes se tornam responsáveis por elevar a escola a um nível mais alto ou pelo menos mantê-la onde está com relação as notas obtidas nas avaliações anteriores.

O que se pode observar nas escolas é uma preocupação em “treinar” os alunos para a realização das provas externas, fazendo das salas de aulas locais de meras repetições de exercícios prontos, onde os alunos nada têm a fazer a não ser resolvê-los.

Essa rotina cansativa e sem nada de novo, leva os alunos ao desanimo, e a falta de interesse pelo que está sendo ensinado afinal, na maioria das vezes trata-se de



conteúdos que já foram trabalhados em sala, e que os alunos já conhecem, contudo, estes são apresentados novamente em forma de exercícios que não estimulam a criatividade nem mesmo desenvolvem as habilidades necessárias neste aluno.

Os professores tão preocupados em alcançar as médias por medo da repercussão na escola e no seu próprio salário, afinal o professor que não consegue atingir as metas é visto pela escola e até pelos município e estados como maus educadores, se limitam a aulas mais tradicionais que até funcionam, mas retiram do professor e do aluno o direito de tentar outras possibilidades.

[...] educação tradicional, a mesma tem oferecido a seus alunos uma aprendizagem que resulta numa memorização mecânica de um conjunto de teorias retiradas de livros didáticos, que, por sua vez, tem a tendência de apresentar os conteúdos das disciplinas isolados, isto é, sem interconexão com a realidade do mundo. Isso se enquadra num processo narrativo de ensino que prejudica a atitude do educando em relação a agir como um ser pensante. (CARNEIRO, 2012, p. 03)

Os conteúdos poderiam ser apresentados aos alunos de forma mais lúdica e atrativa, pois este são mecanismos que costumam ser inseridos na sala de aula e que levam a resultados muito positivos.

Outra questão que deve-se levar em consideração é a formação do aluno que deve ser plena, ou seja, deve ser formado para a vida em sociedade de forma que este, participe das decisões, questione, interaja. Porém, isso só será possível se a escola cumprir o seu papel de formador.

Como podemos formar cidadãos críticos e reflexivos, se as escolas dão prioridade as disciplinas de português e matemática, em detrimento das demais disciplinas que são de suma importância para sua formação, assim como é citado na LDBN nº 9394/96 ao tratar das finalidades do ensino fundamental e educação básica.

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo  
[...] III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a

formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social [...]; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico [...] (BRASIL, 1996, p. 12).

Os horários das escolas são programados de forma a reforçar os conteúdos que serão avaliados, e que se resumem a português e matemática deixando de lado as outras disciplinas como ciências, geografia, história, artes, religião que são necessárias para a formação cidadã. Essas disciplinas até aparecem nos planejamentos e rotinas da escola, porém, apenas na forma escrita no papel sem, contudo, serem executadas, é simplesmente para constar, mas na prática são sufocadas por aquelas que são o alvo das avaliações.

Todas essas coisas refletem na nossa sociedade, que está dando a nossos alunos uma formação mecânica, ou seja, preparando ou treinando para serem meros resolvedores de provas e avaliações externas, ou seja, mão-de-obra para o mercado de trabalho. Este encontrará dificuldades em relação a sua vivência social, e humana tendo em vista que durante sua trajetória foi tratado como uma espécie de "máquina" para resolver provas, faltando-lhe uma formação ética e humana.

Neste sentido, o professor poderia se utilizar de um mecanismo bastante eficaz que é a interdisciplinaridade definida como um adjetivo que qualifica o que é comum a duas ou mais disciplinas ou outros ramos do conhecimento, é o processo de ligação entre as disciplinas. Desta forma seria possível trabalhar conteúdos de ciências (utilizando textos) junto com o português, geografia com matemática, e assim por diante. Pois na escola estas disciplinas só são trabalhadas se sobrar tempo, o que dificilmente acontece.

Com isso os alunos teriam a oportunidade de receber todos os conhecimentos que lhes são necessários afinal, este aluno quando adulto passará por um outro processo

de avaliação chamado ENEM que exigira dele o domínio em todas as demais disciplinas.

Nos estágios supervisionados, os alunos podem observar na prática todas essas situações apresentadas, a forma como os professores lidam com essa pressão interna e externa da escola, como eles trabalham para preparar esses alunos para as avaliações externas afinal, o resultado dessas provas coloca a escola numa escala em comparação com outras escolas.

Na verdade, o que se percebe é uma disputa por parte dos professores e até de escolas em alcanças médias cada vez maiores, para serem vistas como modelo a ser seguido por outras instituições, e conseguiu além do reconhecimento alguns recursos financeiros, que são consequência destes resultados. Nem que isso se dê de forma não muito real, tendo em vista que estes são conseguido através de um processo árduo de mero treinamento, e não de apropriação do conhecimento.

Desta forma é possível perceber a importância de um professor se utilizar de mecanismos diferenciados, de recursos diversos, ou seja, tornar as aulas mais atrativas e dinâmicas, interagindo as disciplinas, de forma a garantir que estes alunos tenham sua formação de forma completa e satisfatória.

### **3. Considerações finais**

A pesquisa nos confirma que as avaliações externas e internas são uma realidade concretas que se faz presente no cotidiano escolar. Mostrou também que, no Brasil, estas seguem a linha americana, imprimindo um modelo educacional voltado para uma formação tecnicista e treinatória. Constatou-se ainda que estas estão organizadas em sistemas a nível federal, estadual e municipal. A nível federal, temos o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Nacional) responsável por elaborar e aplicar os dispositivos avaliativos como: ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica) e Provo e Provinha Brasil, que objetivam avaliar os anos iniciais do Ensino Fundamental. A nível estadual cada estado tem procurado desenvolver seus sistemas. Já os municípios também vêm organizando seus dispositivos com vista as avaliações a nível estaduais e federal.

De acordo com os pesquisadores, os gestores e defensores destas avaliações vendem a ideia de que as mesmas são o remédio necessário para sanar as doenças e males da má qualidade educacional do país.

Constatou-se ainda que essas avaliações têm caráter imperativo no contexto escolar, uma vez que estas tem mudado o cotidiano escolar de professores e alunos. No que diz respeito ao professor as avaliações tem forçado este mudar suas práticas docentes, passando a trabalhar em função desses dispositivos avaliativos. Constatou-se que os docentes têm sofridos pressões por apresentarem bons resultados, por isso, rende-se a um modelo de educação treinatória. Outro ponto que se observou-se é que estes profissionais são responsabilizados pelos maus resultados e são penalizados deixando de ser bonificado.

Quanto aos alunos percebeu-se que estes são treinados para serem meros resolvedores de atividades prontas, o que limita sua capacidade de interagir e construir seu conhecimento. Sem contar no foco que é dado as disciplinas de português e matemática, deixando de lado as demais, comprometendo assim a sua formação ética e humana, que é tão necessária para sua vivencia em sociedade.

Portanto, conclui-se que o imperativismo das avaliações externas no cotidiano escolar é uma realidade, que vem trazendo consequências nocivas a prática docente e ao processo de formação do aluno, justificada por uma pseudo qualidade educacional.

## **Referências**

INEP. 2017. **Saeb**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>>. Acesso em: 24 de outubro de 2017.

BRASIL. s.d. MEC. **Avaliações de aprendizagem**. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/190-secretarias-112877938/setec1749372213/1884\\_3-avaliacoes-da-aprendizagem](http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-/190-secretarias-112877938/setec1749372213/1884_3-avaliacoes-da-aprendizagem)>. Acesso em: 24 de outubro de 2017.

GIMENO SACRISTÁN, José. **A Avaliação no ensino**. In: GIMENO SACRISTÁN, José; PEREZ GÓMEZ, Ángel I. Compreender e transformar o ensino. 4.ed. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.p.295-351. Original 1996.

SANTOS, Luciola Licínio de C.R. **Políticas Públicas para o Ensino Fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB)**. Rev.

Educ. e Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, Setembro/2002, p. 346-367. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 20/10/2017.

INEP. 2015. **Sobre a ANA**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana>>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

INEP. 2015. **IDEB**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/ideb>>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

PMRB. s.d. **Programa de Avaliação da Aprendizagem dos Alunos é aplicado em escolas municipais**. Disponível em: <<http://pmrb.ac.gov.br/index.php/noticias/noticias-itens/ultimas-noticias/9660-programa-deavalia%C3%A7%C3%A3o-da-aprendizagem-dos-alunos-%C3%A9-aplicado-em-escolas-municipais1.html>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

SEAPE. s.d. **SEAPE** Disponível em: <<http://www.seape.caeduff.net/avaliacao-educacional/o-programa/>>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

SANTOS, Anderson Oramísio; GIMENES, Olíria Mendes; MARIANO, Sangelita Miranda Franco: **Avaliações Externas e seus Impactos nas Práticas Pedagógicas: Percepções e Visões Preliminares**. Revista Encontro de Pesquisa em Educação Uberaba, v. 1, n.1, p. 38-50, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uniube.br/index.php/anais/article/viewFile/671/968>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

CARNEIRO, Roberta Pizzio; **Reflexões acerca do Processo Ensino- Aprendizagem na Perspectiva Freireana e Biocêntrica**. Revista Thema, 2012. Disponível em: [revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/145/86](http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/145/86). Acesso em 27/10/2017.

ALAVARSE, Ocimar M.; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. **Avaliações Externas e Qualidade na Educação Básica: articulações e tendências**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n.54, p.12-31, jan/abr. 2013. Disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1783/1783.pdf>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

**CUNHA**, CARVALHO, Gisele Francisca da Silva; MACEDO, Maria do Socoro Alencar Nunes. **Avaliação Oficial: o que dizem os professores sobre o impactos na pratica docente**. Educ. Pesq. Vol. 37, n. 3, ISSN 1517-9702, São Paulo, Set/dez., 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1517-970220110003000007>>. Acesso em 20/10/2017.

CARVALHO, Gisele Francisca da Silva; MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. **Avaliação Oficial: o que dizem os professores sobre o impactos na pratica docente**. Educ. Pesq. Vol. 37, n. 3, ISSN 1517-9702, São Paulo, Set/dez., 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1517-970220110003000007>>. Acesso em 20/10/2017.

BORGES, Edna; SÁ, Virgínio. As Consequências das Avaliações Externas em Larga no Trabalho Docente. Rev. Est. Inv. Psico. Y Educ. ISSN: 2386-7418, Vol. Extr., n. 10, 2015. Disponível em : <[http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/viewFile/579/pdf\\_275](http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/viewFile/579/pdf_275)>. Acesso em 24 de outubro de 2017.